

A França proibida do jornal O Estado de S. Paulo: noticiário internacional sob censura (1972 a 1975)¹

Daniela Schmid Marques²
Université Paris-Sorbonne

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os temas das reportagens censuradas do jornal O Estado de S. Paulo entre os anos de 1972 e 1975, quando a publicação esteve submetida à censura prévia pela ditadura militar. Através de pesquisa no acervo digitalizado do jornal, procuramos identificar se temas relacionados ao noticiário internacional foram submetidos a veto parcial ou total pela censura, e quais temas seriam estes. Utilizamos como recorte geográfico as notícias que citaram a França e sua capital Paris durante o período acima citado.

PALAVRAS-CHAVE: censura; jornalismo internacional; ditadura militar; correspondentes internacionais; França.

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos internacionais sempre foram assunto de interesse da imprensa brasileira. Já os primeiros jornais do país, como Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense, publicavam um compilado de notícias internacionais em suas edições do século XIX. O Correio chegou inclusive a ser feito em Londres pelo seu fundador, Hipólito da Costa, e desembarcar no Brasil por via marítima (SODRÉ, 1998, p. 20). Já em 1874, começaram a operar os serviços telegráficos das agências de notícias europeias no país, e vários jornais passaram a publicar o noticiário internacional com destaque, na primeira coluna da primeira página, à esquerda (AGUIAR, 2008, p.25).

Em nossa dissertação de mestrado, questionamos se a editoria internacional, enquanto objeto de interesse da imprensa, também foi visada pela censura durante um período específico da nossa história: entre 1968 e 1978, período de vigência do Ato Institucional nº5, decreto da ditadura militar que colocou diversos veículos da imprensa

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em história contemporânea pela Université Paris-Sorbonne, e-mail: danielas.comunica@gmail.com.

nacional sob autocensura ou censura prévia. Para desenvolver nossa pesquisa, entrevistamos jornalistas que atuaram como correspondentes da imprensa brasileira no exterior com o objetivo de entender possíveis impactos de práticas censórias em sua rotina e no resultado do seu trabalho. Da mesma forma, analisamos os temas publicados pela editoria internacional de três grandes jornais brasileiros – O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo – com o objetivo de identificar possíveis ausências de assuntos estrangeiros que poderiam ter sido eliminados devido à censura. O nosso recorte geográfico, em ambos os casos, foi a França, país onde a pesquisadora estudou e morou durante a execução do trabalho.

Este artigo, inspirado em um dos capítulos de nossa dissertação, discute os temas internacionais censurados do jornal O Estado de S. Paulo entre 1972 e 1975, quando a publicação esteve submetida à censura prévia. O jornal mantém, em seu endereço eletrônico, um acervo³ que disponibiliza todas as suas edições antigas digitalizadas. Por meio do acervo, o jornal também concede acesso às edições que foram censuradas, e àquelas que foram publicadas em substituição. Uma ferramenta de busca permite fazer pesquisas por palavras-chave, e identificar resultados entre material censurado e publicado. Seguindo o recorte geográfico de nossa pesquisa, pesquisamos pelas palavras-chave “França” e “Paris” entre as reportagens censuradas, com o objetivo de analisar se textos que citavam o país e sua capital foram motivo de proibição durante a ditadura. Posteriormente, categorizamos os temas das reportagens encontradas em grupos de afinidade, e questionamos as razões que podem ter levado à sua censura. Acreditamos na relevância deste trabalho para ajudar a escrever a história do jornalismo brasileiro, e a história da censura durante a ditadura militar.

A seguir, discutiremos o contexto histórico do período estudado, e a abordagem da imprensa com relação à crise política e econômica que culminou no golpe militar de 1964. Crítica ao presidente João Goulart, a maior parte da imprensa comemora o golpe, e logo vira alvo de ações repressivas, como a censura. Discutiremos em detalhe os métodos da censura governamental e seus impactos na rotina dos jornalistas e das publicações. Em seguida, procederemos à nossa análise sobre as reportagens que citam o país França e sua capital Paris, e foram censuradas do jornal O Estado de São Paulo. Por fim, procederemos à conclusão do nosso trabalho.

³Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso em 2 de junho de 2019.

O CONTEXTO HISTÓRICO E A CENSURA

Em 1964, o golpe de Estado que estabeleceu a ditadura militar no Brasil contou com o apoio da elite social e econômica, de líderes políticos e religiosos, e com a simpatia da grande imprensa ou imprensa *mainstream*⁴. Os eventos que antecederam o golpe receberam uma cobertura crítica, descrente das ações e propostas do presidente João Goulart, por sua suposta inclinação à ideologia comunista. No contexto internacional, o golpe de Estado brasileiro ocorre em plena Guerra Fria, quando a oposição entre capitalismo e comunismo, representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, marcava a geopolítica mundial. A Revolução Cubana, nos anos 1950, havia aumentado o temor da difusão do comunismo na América Latina, e outros países do continente viveram golpes semelhantes ao brasileiro, que deram início a governos ditatoriais e preservaram o capitalismo na região (RIADO, 1992, p. 141).

Em 1961, a renúncia do então presidente Jânio Quadros, após menos de um ano no governo, deixou o país em situação de incerteza. João Goulart era o vice-presidente e, portanto, sucessor constitucional do cargo, mas encontrava-se em viagem à China, aumentando os rumores que já o rondavam sobre sua simpatia às ideologias de esquerda, e transformando-o em objeto de veto por ministros militares (REIS, 2014, p. 77). Aliados políticos de Goulart iniciaram uma campanha de resistência, conhecida como Rede de Legalidade, liderada por seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A ascensão do vice à posição de titular do cargo de presidente é bem-sucedida, mas condicionada à redução de seus poderes pela adoção de um regime parlamentarista.

Além de assumir o governo com sua autonomia enfraquecida, o novo presidente ainda precisava enfrentar os desafios nacionais, como inflação, problemas de distribuição de alimentos e distribuição de terras. Goulart propunha diversas reformas, conhecidas como “Reformas de Base”, tais como a agrária, urbana, educacional, bancária e política. Suas propostas eram encaradas com resistência pela oposição conservadora, que começou a se articular em organizações sociais e políticas. Também nos meios militares havia conspiração contra Jango (REIS, 2014, p. 80). O presidente, por sua vez, tentava se aproximar de movimentos populares para mostrar sua força política.

⁴Le Bohec (2010, p. 371) define a imprensa *mainstream* como convencional e comercial. É o conjunto de publicações que dominam o mercado do setor, ao contrário da imprensa alternativa ou comunitária.

Em 13 de março de 1964, Jango reúne mais de 150 mil pessoas em um comício no Rio de Janeiro. Como descreve Fausto (2001, p. 253): “As bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PC, as faixas exigindo a reforma agrária, etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores.” A resposta conservadora também veio das ruas: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, levando mais de 500 mil pessoas às ruas de São Paulo no dia 19 de março. Neste mesmo mês, a imprensa adota uma cobertura mais dura contra o governo. De acordo com Hons (1985, p. 19), a visão difundida pelos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo durante o período era de uma luta do bem contra o mal, e defesa da civilização cristã ocidental diante do comunismo. Já o jornal O Correio da Manhã pedia abertamente a destituição do presidente, e outros editoriais publicados por jornais brasileiros apelavam a uma intervenção militar.

Em 30 de março de 1964, aconteceu a última ação de Jango como presidente: um discurso em um encontro de graduados da Polícia Militar do Rio de Janeiro. No dia seguinte, partiram de Juiz de Fora as tropas que deram início ao golpe militar, e instauraram a ditadura por 21 anos. Goulart não ofereceu resistência, deixou Brasília em direção ao Rio Grande do Sul, e posteriormente se exilou no Uruguai. O golpe foi celebrado pela imprensa *mainstream* como uma nova fase na história do país. Alguns representantes de veículos jornalísticos manifestaram um apoio ainda mais ativo à ação, como o ex-diretor do jornal O Estado de S. Paulo, Ruy Mesquita, que fazia parte de um grupo de civis e militares que orquestraram a queda de João Goulart. O seu pai, Júlio de Mesquita Filho, fez um documento em forma de guia que inspirou as primeiras medidas do regime militar (ABREU, 2004, p.15).

No entanto, enquanto a grande imprensa acreditava presenciar uma revolução que havia colaborado para o triunfo da democracia diante do comunismo, os militares criavam um aparato repressivo para eliminar a oposição, controlar os meios de comunicação, e se manter no poder durante 21 anos. O governo militar lançou mão dos chamados Atos Institucionais para reforçar o poder executivo. Ao todo, foram 17 atos, sendo o primeiro baixado em 9 de abril de 1964. O AI-1 suspendeu as imunidades parlamentares, permitindo ao governo cassar mandatos e bloquear direitos políticos por um período de 10 anos. Também foram criadas as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que visavam crimes contra o Estado ou contra a ordem política ou social (FAUSTO, 2001, p. 258). Já no dia 10 de abril, começaram as prisões e privações de direitos políticos ao redor do país.

A grande imprensa, antes favorável ao golpe, começa então a adotar uma postura crítica, e a denunciar a prática de tortura e morte de prisioneiros políticos durante a primeira fase do regime (1964-1968). Já a censura, começou a ser praticada desde 1964, com mais ou menos intensidade de acordo com o período. De acordo com Soares (1989, p. 21), a censura seguia as mesmas referências do autoritarismo praticado por outras instituições governamentais. Ela foi, portanto, mais intensa no período pós-1964, e oscilou em intensidade até 1968, quando ganhou força novamente com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), e o início dos Anos de Chumbo, como ficou conhecido o período mais repressivo da ditadura. O autor enumera os eventos que sucederam a publicação do AI-5, em dezembro de 1968:

A partir de 6 de janeiro, o Jornal do Brasil submeteu-se à autocensura, em conformidade com as instruções da Censura, situação que perdurou até 1972. O Correio da Manhã também foi invadido logo após o AI-5; Hélio Fernandes, diretor da Tribuna da Imprensa, que, tendo sido preso e confinado à ilha de Fernando de Noronha, tinha sido solto, foi preso outra vez. Em São Paulo, uma edição do O Estado de S. Paulo foi confiscada porque protestava contra o AI-5 e, em vários pontos do País, abusos semelhantes foram constatados. (SOARES, 1989, p. 22)

De acordo com Soares (1989, p.21), a partir de 1976, o governo Geisel controlou os militares mais autoritários, conhecidos como “linha dura”. Com isso, a prática da censura se tornou menos intensa. Mas apenas o fim do governo Geisel e início do governo Figueiredo marcariam um ponto de enfraquecimento definitivo da censura dentro do contexto do governo militar. Smith (1997, p. 61) aponta quatro técnicas aplicadas pela ditadura militar para o controle da imprensa: as sanções econômicas; a animosidade contra os jornalistas; a autocensura e a censura prévia. Detalhamos cada uma delas abaixo.

As sanções econômicas eram usadas para atacar o equilíbrio financeiro das empresas. Elas poderiam ser materializadas em recusa de empréstimos, cancelamento de publicidade estatal, cancelamento de publicidade de empresas privadas que desejavam manter boa relação com o Estado, ou realização de inspeções fiscais sem aviso prévio. Esta forma de controle era especialmente nociva para publicações alternativas, menos estáveis financeiramente. Soares (1989, p.28) cita o exemplo do periódico Opinião, que perdeu os anúncios da Petrobrás ao adotar uma cobertura crítica com relação à ditadura. A Editora José Olímpio, uma empresa privada, também teria cancelado um contrato de

publicidade com a publicação porque aguardava um empréstimo do BNDE⁵, e pretendia estabelecer boas relações com o Estado.

Já a animosidade contra os jornalistas era uma forma de a ditadura mostrar o seu poder e suscitar o medo entre representantes desta categoria profissional. Como exemplo, citamos acima a prisão do diretor da Tribuna da Imprensa, apontado por Soares (1989, p. 22). Mas o caso de animosidade que se tornou mais emblemático para a categoria foi a morte de Vladimir Herzog, em setembro de 1975, nas dependências do DOI-CODI. O jornalista havia comparecido à instituição de forma voluntária para prestar esclarecimentos, mas horas depois foi encontrado enforcado em uma cela. Enquanto a polícia apontava suicídio, as condições de disposição do corpo indicavam assassinato (MAIA; LELO, 2014, p. 21).

Por sua vez, a autocensura consistia em aceitar e executar as ordens do governo com relação aos assuntos que não deveriam ser publicados. Estas ordens poderiam chegar através de telefonemas, cartas ou bilhetes. Sua desobediência poderia levar ao confisco das edições do jornal ou a sanções econômicas. Foi o que aconteceu com o Jornal do Brasil entre 1977 e 1978, quando o periódico desafiou o governo em sua cobertura sobre os acordos nucleares entre Brasil e Estados Unidos. O governo respondeu com o bloqueio de anúncios oficiais, que levou o jornal ao déficit financeiro, até a direção decidir negociar com a censura (SMITH, 1997, p. 67).

Por fim, a censura prévia, que mais nos interessa no âmbito deste trabalho, consistia na leitura dos jornais e revistas por parte dos censores antes de sua publicação. Ela poderia ser feita por censores que se instalavam nas redações ou à distância, mediante o envio das reportagens à Brasília, sob responsabilidade do veículo de imprensa. Essa modalidade era especialmente nociva para veículos menores, que tinham dificuldades financeiras para enviar o material ou para manter uma redação na capital:

Além disto, com frequência os materiais só eram devolvidos em cima da hora de publicação, no dia anterior, deixando pouco tempo para organizar a edição. Era somente então que os editores descobriam quais as publicações que tinham sido censuradas, parcial ou totalmente. Claro que isto afetou a qualidade da publicação, não só pela depuração política e ideológica, por um lado, como pela necessidade de inserir textos improvisados, à última hora, por outro. (SOARES, 1989, p. 25)

⁵ Sigla para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que posteriormente veio a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1982. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia> Acesso em 22 de junho de 2019.

Até supostos parceiros do regime foram visados pela censura. É notória a polêmica relação do Grupo Globo com o regime militar, como aponta a autorização dada pelo governo a um acordo entre a empresa de Roberto Marinho e o grupo americano Time-Life, facilitando a entrada de capital estrangeiro para a criação da rede de televisão (SILVA, 1985, p. 30). No entanto, as ações repressivas da ditadura não preservaram o Grupo Globo, que sofreu com a censura principalmente na teledramaturgia, mas também no jornalismo:

Pelo telefone, chegavam as mais absurdas proibições: não se podia chamar Mao TseTung de líder na notícia do seu falecimento, não foi permitido noticiar que a Censura federal havia proibido a exibição da novela Despedida de Casado da própria Globo em 1977, exigiu-se parcimônia e pouca emotividade na cobertura dos enterros de Juscelino Kubitschek e João Goulart, só foram permitidas notas oficiais no noticiário sobre a crise no judiciário também em 1977 (...). (SILVA, 1989, p. 39)

Alguns jornais, como a Folha de S. Paulo, tomaram a decisão de se autocensurar para não serem submetidas à presença de censores dentro da redação. Já os jornais O Estado de S. Paulo, Tribuna da Imprensa e O Movimento, assim como a revista Veja, são exemplos de publicações que tiveram censores em suas sedes. A seguir, analisamos os impactos da censura prévia na cobertura de assuntos internacionais no jornal O Estado de S. Paulo, através do recorte geográfico da nossa análise: a França.

O ESTADO DE S. PAULO E OS ASSUNTOS CENSURADOS

Antes de começar a nossa análise sobre as reportagens censuradas na editoria internacional do jornal O Estado de S. Paulo referentes à França, faremos uma breve introdução sobre a nossa pesquisa com correspondentes internacionais que viveram e trabalharam no país durante a ditadura militar brasileira. Em nossa dissertação de mestrado, entrevistamos os jornalistas Any Bourrier, Gilles Lapouge, João Batista Natali, José Antônio Pinheiro Machado, Pedro Cavalcanti, Rosa Freire d’Aguiar, e Zélia Leal Adghirni, além do fotógrafo Zeca Linhares. Também levamos em consideração o depoimento do jornalista Reali Jr. a Gianni Carta, em livro⁶ lançado em 2007. Duas características relacionadas ao contexto político, geográfico e profissional dos correspondentes da época nos parecem importantes nesta análise.

⁶REALI JR, GIANNI C. **As margens do Senna**: depoimento a Gianni Carta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

A primeira delas é que a França era vista pelos correspondentes brasileiros como uma terra de liberdade e oportunidade, onde eles poderiam exercer plenamente a profissão (MARQUES, 2015, p. 39). A possibilidade de trabalhar e estudar em uma das capitais europeias mais importantes do ponto de vista político e cultural foi a motivação da maior parte dos profissionais para se expatriar em Paris (idem, p. 36), apesar de alguns apontarem a ditadura como uma motivação direta ou indireta. As razões indicadas referem-se ao “ambiente pesado” gerado pelo regime militar, ou a um envolvimento pessoal ou de familiares com causas políticas combatidas pelo governo.

O segundo ponto relevante é que o período da ditadura militar é definido pelos correspondentes como uma espécie de “era de ouro” do jornalismo internacional brasileiro. Apesar da repressão gerada pela censura, as grandes empresas de jornalismo conseguiram aproveitar o chamado milagre econômico⁷ para manter profissionais expatriados, e ainda trabalhar com colaboradores e enviados especiais no exterior. O jornal O Estado de S. Paulo, sobre o qual falaremos nesta parte do artigo, tinha dois jornalistas correspondentes em Paris durante o período abordado em nossa pesquisa: o francês Gilles Lapouge e o brasileiro Reali Jr., além disso, publicava textos de agências internacionais (Agence France Presse, Ansa, Associated Press, Reuters e United Press International), e contava com a colaboração de freelancers, como Zélia Leal Adghirni.

Em seus depoimentos, os correspondentes também apontam que a editoria internacional era um espaço para coberturas políticas aprofundadas, que poderiam ser barradas pela censura caso fossem referentes à política nacional. O contexto econômico e político une-se também ao tecnológico. Em um tempo de difícil acesso a veículos de mídia internacionais, hoje facilmente disponíveis na internet, a editoria internacional era rica em conteúdo. Reali Jr. descreveu as transformações no final dos anos 2000:

Hoje, um artigo de quarenta linhas nos grandes jornais brasileiros é considerado de bom tamanho. Quarenta linhas, quando cheguei aqui, era quase uma nota. As matérias eram de, em média, oitenta linhas, nunca menos de sessenta linhas. E as matérias dominicais eram de cem, 150 linhas, e às vezes uma página. Hoje, o espaço está muito reduzido em função das condições econômicas e dos custos. (REALI JR, 2007, p. 304)

⁷Entre 1967 e 1973, o Brasil experimentou taxas de crescimento elevadas decorrentes da política econômica nacional e da conjuntura internacional favorável. Milagre Econômico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro> Acesso em 22 de junho de 2019.

Em nossa pesquisa com as edições de O Estado de S. Paulo, observamos que a cobertura internacional ocupa espaços de destaque na primeira página e também no interior do jornal durante o período analisado. No entanto, em seus depoimentos, os correspondentes admitem que a “era de ouro” do jornalismo internacional não estava livre de censura. Alguns admitem submeterem-se a uma autocensura voluntária, ao evitar assuntos que acreditavam serem passíveis de proibição; outros relembram orientações de editores sobre temas a serem evitados; e há ainda aqueles que recordam alguns episódios de interdição oficial. Nesta parte do artigo, usaremos as edições censuradas disponíveis no acervo do jornal O Estado de S. Paulo para identificar temas da editoria internacional passíveis de proibição pela ditadura.

Na ocasião da publicação do AI-5, em dezembro de 1968, O Estado de S. Paulo preparou uma edição de protesto que foi proibida pela censura. Após a proibição, um censor se instalou nas dependências do jornal até 6 de janeiro de 1969. Depois desta data, a censura continuou à distância a partir de bilhetes ou telefonemas, até que, em setembro de 1972, um censor voltou à redação do jornal, de onde partiria apenas em 1975 pelas comemorações de 100 anos da publicação. Os artigos censurados durante o período estão disponíveis no acervo digital do jornal. A intenção da nossa pesquisa foi analisar aqueles que faziam menção à França, a cidadãos franceses, ou tinham o país como origem. Para identificar estas matérias, utilizamos a ferramenta de buscas por palavras-chave do acervo, sendo “Paris” e “França” os termos escolhidos.

Encontramos 26 artigos que faziam menção à França ou à sua capital e foram censurados totalmente ou parcialmente. Destes, apenas oito tinham o país como procedência, os outros tinham como origem Estados Unidos, Chile, Angola, Bélgica, Uruguai, Itália, e mesmo Brasil. Da mesma forma, apesar de o foco da nossa pesquisa ser a editoria internacional, decidimos considerar em nossa análise as matérias que foram publicadas em outras editorias, uma vez que poderiam ser feitas com colaboração internacional, poderiam citar cidadãos franceses, ou apenas porque a análise dos temas que levaram à sua censura poderiam enriquecer a nossa pesquisa. Abaixo a lista dos artigos censurados, sua procedência e data de publicação:

1. Sem autor. *Debray interpreta a queda de Allende*. Paris, 16 de setembro de 1973.
2. Sem autor. *À distância, Europa condena os generais*. Paris, 22 de setembro de 1973.
3. Sem autor. *Pequim continua a criticar militares*. Paris, 22 de setembro de 1973.

4. Sem autor. *A queda no reino do imprevisto*. São Paulo, 28 de agosto de 1973.
5. Sem autor. *Pinochet explica razões do pronunciamento*. Santiago, 29 de setembro de 1973.
6. Sem autor. *Clube de Paris adia negociação da dívida*. Paris, 3 de outubro de 1973.
7. Tamer, Alberto. *Feira: êxito econômico, porém malogro político*. Bruxelas, 10 de novembro de 1973.
8. Melo, Sérgio Motta. *A alegre invasão do turista que foi à feira*. Bruxelas, 11 de novembro de 1973.
9. Sem autor. *Em Paris, filme mostra tortura e fome no Brasil*. Paris, 14 de novembro de 1973.
10. Tamer, Alberto. *Brasil é pretexto no protesto contra o Chile*. Bruxelas, 16 de novembro de 1973.
11. Sem autor. *A polícia informa STF sobre Legros*. Brasília, 25 de novembro de 1973.
12. Sem autor. *Cardeal volta e divulga hoje mensagem de Natal*. Roma, 20 de dezembro de 1973.
13. Sem autor. *Goulart não sabe se volta*. Montevideú, 30 de dezembro de 1973.
14. Sem autor. *Le Monde denuncia prisões e torturas*. Paris, 7 de maio de 1974.
15. Sem autor. *STM diz que caso Jentel compete à justiça comum*. Cuiabá e Paris, 23 de maio de 1974.
16. Sem autor. *Jentel recupera a liberdade e vai voltar à França*. Cuiabá e Paris, 24 de maio de 1974.
17. Fernandes, João. *Angola espera que Lisboa explique a descolonização*. Luanda, 16 de julho de 1974.
18. Reali Jr. *Eficácia da Vacina é contestada*. Lyon, 27 de julho de 1974.
19. Sem autor. *É grave o surto, diz Merieux*. São Paulo, 14 de agosto de 1974.
20. Sem autor. *Washington Post ressalta déficit*. Washington, 17 de agosto de 1974.
21. Sem autor. *Le Monde vê descompressão*. Paris, 23 de agosto de 1974.
22. Reali Jr. *Ainda falta a decisão*. Washington, 10 de novembro de 1974.
23. Sem autor. *Ulisses: a normalidade ou a repressão maior*. São Paulo, 19 de novembro de 1974.
24. Reali Jr. *Na França, em quadrinhos*. Paris, 6 de dezembro de 1974.
25. Sem autor. *Censura atrasa o Opinião*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1974.

26. Mesquita, Ruy. *A grande ameaça que pesa sobre nós*. São Paulo, 20 de dezembro de 1974.

Os textos acima foram parcialmente ou totalmente censurados, e substituídos por espaços em branco ou poemas nas edições finais do jornal. Os poemas viraram uma marca da resistência do jornal O Estado de S. Paulo contra a censura, uma vez que seu objetivo era denunciar aos leitores que aquele espaço anteriormente pertencia a uma notícia que foi proibida. Importante ressaltar que não pretendemos fazer uma análise extensiva do conteúdo das notícias censuradas, apenas identificar seus temas, e possíveis razões que levariam à sua censura. Usamos como base para a nossa análise os trechos que foram proibidos em cada matéria. Se o texto inteiro foi cortado, identificamos que o tema do artigo desagradava à censura. Se apenas um trecho foi eliminado, o tema desta frase ou parágrafo é que desagradou aos censores. Desta forma, identificamos 4 temas⁸. Em alguns casos, encontramos mais de um tema em um mesmo artigo. Abaixo, enumeramos os temas censurados, quantidade de artigos encontrados em cada um deles, e citamos alguns exemplos. A ordem da análise foi dada pelo volume de notícias em cada categoria:

1. Críticas a problemas nacionais, políticas públicas ou ao governo (15 artigos): em algumas ocasiões, os jornalistas inserem informações e críticas sobre o Brasil em textos da editoria internacional. É o caso, por exemplo, de *Ainda falta a decisão* (Reali Jr., novembro de 1974), sobre uma conferência contra a fome nos Estados Unidos, cujo texto contém críticas de um ecologista francês a problemas agrícolas no Brasil. Além da crítica a problemas agrícolas, identificamos como subtemas desta categoria as críticas ao sistema político (algumas explícitas, como em *Le Monde denuncia prisões e torturas*); informações e críticas sobre a prática da censura pelo governo (*Cardeal volta e divulga hoje mensagem de Natal*, em que o cardeal dom Paulo Evaristo Arns condena o fechamento da Rádio 9 de Julho); segregação racial (*Angola espera que Lisboa explique a descolonização* tem trecho censurado sobre segregação entre negros e brancos no Brasil); e crises de saúde (cobertura sobre o surto de meningite em 1974, que teve vacinas importadas de laboratórios franceses, e trechos sobre a gravidade do surto censurados).

2. Ditaduras da América Latina (5 artigos): críticas ou menções a ditaduras do continente são igualmente censuradas. Nossa hipótese é que o governo usava a censura

⁸Em nossa pesquisa original, havíamos selecionado seis temas. Aos já descritos neste artigo, havíamos adicionado “menção ao presidente brasileiro ou ao processo político” e “segregação racial no Brasil”, que após revisão definimos como subtemas do tema “Críticas a problemas, políticas públicas ou ao governo brasileiro”.

para manter boas relações com os regimes vizinhos, e evitar sua associação com os problemas dos governos militares da região. Exemplos de matérias são *Debray interpreta a queda de Allende* (sem autor, setembro de 1973) e *À distância, Europa condena os generais* (idem).

3. Exilados políticos (4 artigos): menções a exilados brasileiros eram visadas pelos censores. A cobertura sobre a feira de 1973 Brasil Export, em Bruxelas, teve artigos censurados por falar de manifestações contra ditaduras do continente ou exilados políticos. Já a reportagem *Clube de Paris adia a negociação da dívida* (sem autor, outubro de 1973) foi parcialmente censurada em um trecho sobre uma família brasileira que morava no Chile e pedia asilo na Suécia.

4. Atividades subversivas ou criminosas de cidadãos franceses (3 artigos): foram censuradas reportagens sobre o padre francês François-Jacques Jentel, acusado de praticar atividades subversivas por militares do Mato Grosso, e notícias sobre o egípcio naturalizado americano Fernand Legros, que teria envolvido diplomatas franceses em seus negócios de falsificação de quadros. Nossa hipótese é de que, no primeiro caso, a censura tinha como objetivo evitar a menção a medidas repressivas da ditadura e, no segundo, evitar mal-estar diplomático com autoridades francesas.

Em resumo, nossa análise teve como objetivo identificar matérias que citavam a França ou cidadãos franceses e que foram censuradas no jornal O Estado de S. Paulo. Ao final, encontramos 26 textos que foram parcialmente ou totalmente censurados, e tinham como origem oito países diferentes. Alguns pertenciam à editoria internacional, outros foram publicados em outras editorias. No entanto, a presença de textos que foram publicados na editoria internacional nos permite afirmar que esta era, de fato, visada pelos censores. Ou, alternativamente, podemos afirmar que os censores não faziam diferenciação de editorias na execução de seu trabalho.

No entanto, no que diz respeito aos temas, o principal foco das proibições não foram efetivamente os eventos que aconteciam no exterior, a menos quando eles estavam relacionados à ditadura brasileira (como o protesto de exilados políticos em Bruxelas) ou relacionados a ditaduras latino-americanas. Em geral, a preocupação dos censores era evitar a publicação de críticas ao regime ou a problemas nacionais através de textos da editoria internacional. Considerando os relatos dos correspondentes sobre a liberdade vivenciada no exterior, e sobre a “era de ouro” da editoria internacional, acreditamos que eles poderiam aproveitar a distância do regime brasileiro e o privilégio da posição de

correspondente para incluir críticas ao governo em seus textos. A única exceção em que não encontramos menções ou críticas diretas ou indiretas aos governos da América Latina ou Brasil em nossa análise foi na matéria *A polícia informa STF sobre Legros*, em que acreditamos que a principal razão para a proibição tenha sido evitar um mal-estar diplomático com autoridades francesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do apoio inicial dado ao golpe e à instauração do governo militar, a imprensa *mainstream* logo adota uma postura crítica à repressão imposta pela ditadura, e se torna alvo de censura pelo governo. No decorrer do texto, apresentamos como os assuntos internacionais sempre foram foco de interesse da imprensa brasileira, e nos perguntamos sobre os possíveis impactos da censura na editoria internacional das publicações nacionais. Por um lado, a ditadura foi o momento da “era de ouro” descrita pelos correspondentes, propiciada por boas condições econômicas que permitiam a manutenção de profissionais no exterior, e pela censura a assuntos internos que dava espaço a coberturas detalhadas sobre assuntos externos. Por outro, a editoria internacional não esteve livre da censura.

Nossa pesquisa no acervo digital do jornal O Estado de S. Paulo mostra que a editoria internacional também era visada pelos censores. Ao pesquisar pelas palavras-chave “França” e “Paris”, encontramos 26 reportagens que foram censuradas totalmente ou parcialmente ao abordar estes temas: 1) Críticas a problemas nacionais, políticas públicas ou ao governo; 2) Ditaduras da América Latina; 3) Exilados políticos; 4) Atividades subversivas ou criminosas de cidadãos franceses. Chegamos à conclusão de que o foco dos censores não eram os eventos internacionais por si só, mas a possibilidade de que críticas ao regime brasileiro ou a outras ditaduras latino-americanas pudessem ser transmitidas por meio da editoria internacional. A única exceção foi o tema 4, em que acreditamos que evitar um mal-estar diplomático tenha sido um dos motivos de proibição.

Apesar do recorte geográfico de nossa pesquisa ser restrito, ao limitar-se às reportagens que citam a França ou cidadãos franceses, encontramos textos provenientes de oito países diferentes. Por isso, e pela análise dos temas censurados, acreditamos que qualquer reportagem da editoria internacional poderia cair no filtro da censura durante a ditadura militar, bastaria abordar como assunto principal ou parcial de seus textos os temas listados acima.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. in: **1964 – 2004 - 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil**, Niterói, Editora da UFF, 2004, p. 15 – 25.
- AGUIAR, Pedro. **Jornalismo Internacional em Redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.
- HONS, André de Seguin de. **Le Brésil: Presse et Histoire (1930 - 1985)**. Paris: L'Harmattan, 1985.
- LE BOHEC, Jacques. **Dictionnaire du journalisme et des medias**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010.
- MAIA, Marta Regina; LELO, Thales Vilela. A morte de Vladimir Herzog: narrativas do trauma na memória coletiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 21-33, maio 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p21/27172>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- MARQUES, Daniela Schmid. **Journalisme et journalistes brésiliens à Paris au temps de l'AI-5 (1968 – 1978)**. 2015. 148f. Dissertação de mestrado – Université Paris-Sorbonne, Paris, 2015.
- REALI JR.; CARTA, Gianni. **As margens do Sena: depoimento a Gianni Carta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- RIADO, Pierre. **L'Amérique latine de 1945 à nos jours**. Paris: Masson, 1992.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985.
- SMITH, Anne-Marie. **A Forced Agreement: Press Acquiescence to Censorship in Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A censura durante o regime autoritário**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº 10, vol. 4, p. 21 – 43, junho de 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.